

REVISTA DIALOGO E INTERAÇÃO

ISSN 1275-3687

18

**NÚMERO
02**



FACCREI

ENTRE A CASA E A RUA: DESLOCAMENTOS EM *EVA LUNA* DE ISABEL ALLENDE

BETWEEN THE HOUSE AND THE STREET: MOVEMENTS IN *EVA LUNA* BY ISABEL ALLENDE

Liz Basso Antunes de Oliveira*

Cleiser Schenatto Langaro**

RESUMO: Desde a infância, os sucessivos deslocamentos de Eva Luna (Allende, 2010) entre a casa e a rua fazem-na defrontar as delimitações de territórios feminilizados e masculinizados. Assim, este estudo explorou os processos de desterritorialização vividos pela protagonista-narradora do romance *Eva Luna* (2010) de Isabel Allende. Para cumprir com o objetivo de analisar a influência destes trânsitos sobre suas subversões, o pensamento de Pierre Bourdieu (2019) sobre o sistema simbólico que estrutura o patriarcado foi basilar. Fundamentado nos estudos de Lúcia Osana Zolin (2018), o conceito de desterritorialização foi imprescindível para demonstrar a complexidade do atravessamento das fronteiras simbólicas com as quais se depara. Sendo que a personagem também utiliza a literatura para essa finalidade, a pesquisa se respalda no trabalho de Elódia Xavier (2012) sobre a representação de tais esferas sociais na literatura de autoria feminina e na perspectiva de Hélienè Cixous (2023) para salientar a relação entre a escrita das mulheres e a resistência perante o androcentrismo. A análise crítica revelou que o ir e vir de Eva Luna entre a casa e rua amplia sua visão crítica da realidade, de maneira que destaca dinâmicas de poder e resiste por meio da literatura que produz.

PALAVRAS-CHAVE: Desterritorialização. Autoria Feminina. Fronteiras Simbólicas.

ABSTRACT Since her childhood, Eva Luna's (Allende, 2010) movements between the house and the street place her to confront the boundaries of feminized and masculinized territories. This study explores the processes of desterritorialization

*Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Paraná. Mestra em Sociedade, Cultura e Fronteiras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na área de concentração em Linguagem, Cultura e Identidade. Especialista em Literatura Brasileira. Licenciada em Letras Português/Inglês e suas respectivas Literaturas pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

**Graduação em Letras Português pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (1997), Especialização em Literaturas Ibero-Americanas Contemporâneas em Língua Portuguesa e Espanhola - Unioeste (1999) e Mestrado e Doutorado em Letras - Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2004-2017). Atualmente é professora na Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Curso de Letras e junto ao Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras.

experienced by the protagonist-narrator of Isabel Allende's novel *Eva Luna* (2010). To analyze the influence of these transitions on her subversions, the thought of Pierre Bourdieu (2019) regarding the symbolic system that structures patriarchy was foundational. Based on Lúcia Osana Zolin's (2018) studies, the concept of desterritorialization was essential to demonstrate the complexity of moving through symbolic boundaries she encounters. Since the character also uses literature for this purpose, the research is supported in Elódia Xavier's (2012) work about the representation of these social spheres in female-authored literature and in Héléne Cixous's (2023) perspective to highlight the relationship between women's writing and resistance against androcentrism. The critical analysis reveals that *Eva Luna*'s movements between the house and the street broadens her critical outlook of reality, highlighting power dynamics and resisting through the literature she produces.

KEYWORDS: Desterritorialization, Female Authorship, Symbolic Boundaries.

1 Introdução

O romance *Eva Luna* (2010), de Isabel Allende, narra em primeira pessoa a trajetória de uma jovem órfã que se vê imersa em um sucessivo deslocamento entre esferas sociais que refletem e reforçam divisões de gênero na sociedade. O movimento entre a casa e a rua expressa não é apenas uma transição física, mas uma trajetória através das fronteiras simbólicas que delimitam os territórios feminilizados e masculinizados. À vista disso, este estudo explorou a articulação do processo de desterritorialização experimentado pela protagonista-narradora com o atravessamento de outras fronteiras, dentre elas as simbólicas.

Para isso, o pensamento de Pierre Bourdieu (2019) referente às estruturas patriarcais e a conceituação de desterritorialização de Lúcia Osana Zolin (2018) contribuíram significativamente. A ótica de Julieta Kirkwood (1983) enfatizou a realidade chilena a partir da qual a obra foi escrita mesmo enquanto exilada. Sendo que a personagem se utiliza da escrita ficcional para atravessar e demolir fronteiras simbólicas, o exame da obra foi enriquecido pela pesquisa de Elódia Xavier (2012) sobre a representação de tais esferas sociais na literatura feminina. Além disso, a perspectiva de Héléne Cixous (2023) fundamentou a relação entre escrita feminina e resistência.

Por meio da análise crítica apontou-se para a influência das interações de Eva Luna com a casa e a rua sobre seu comportamento subversivo frente aos limites impostos pela cultura androcêntrica. As reações de Eva Luna diante das consequências dessas divisões demonstraram como a literatura pode questionar as estruturas de poder e as normas sociais que sustentam as sociedades. Assim, a presente pesquisa não apenas explorou a complexidade dos processos de desterritorialização experimentados pela protagonista-narradora, mas também procurou contribuir para uma compreensão mais profunda das formas como as narrativas femininas abordam e desafiam as estruturas dominantes.

2 A Casa e a Rua: Fronteiras e Desterritorialização

No mundo desdobrável
A casa não é uma casa
A rua não é uma rua
A espera não é uma pausa
No mundo desdobrável
Corre subterrâneo
Teu nome em silêncio
(Saavedra, 2021, p. 203).

Em seu livro de memórias, *Meu país inventado* (2003), Isabel Allende afirma que a maioria das mulheres chilenas continua à margem devido à dupla jornada de trabalho a que são submetidas. Apesar de atualmente atuarem no campo de trabalho público junto aos homens, continuam sendo as únicas responsáveis pelo trabalho doméstico. Segundo a escritora (2003), a partir dessas mulheres concebeu quase todas as personagens de seus romances.

Eva Luna (Allende, 2010), protagonista-narradora que dá nome ao romance aqui analisado, retrata a marginalização sofrida pelas mulheres das camadas mais desprivilegiadas do Chile. Seu pai não participa de sua criação e sua mãe trabalha como empregada doméstica na casa do Professor Jones para sustentá-las. É na casa dele que vivem, porém, ao se tornar órfã aos seis anos, Eva precisa contar com a proteção e orientação da cozinheira da casa, sua madrinha, para se desenvolver até se tornar adulta. No entanto, aos poucos se percebe desamparada.

Apenas um ano após a morte de Consuelo, a madrinha considera que Eva está pronta para trabalhar. Dessa forma, começa a exercer funções domésticas em casas alheias, pelas quais não recebe mais do que um pirulito semanal. Na primeira casa em que trabalha depara-se com violências simbólicas e físicas aplicadas por sua empregadora, de forma que a personagem reage às agressões e foge para a rua. Ainda que a casa não represente um espaço receptivo, tampouco o espaço público é representado como um ambiente hospitaleiro:

Pessoas, trânsito, ruído, muito ruído, construções onde rugiam máquinas amarelas de proporções gigantescas, batidas de ferramentas, freadas de veículos, buzinas, pregões de vendedores ambulantes... Um vago cheiro de pântano e frituras emanava dos bares e lembrei ser hora do lanche. Senti fome, porém não tinha dinheiro e, na fuga, deixará para trás os restos de meu pirulito semanal. Calculei que já ficara várias horas perambulando. Tudo me parecia assombroso (Allende, 2010, p. 65).

Após essa primeira experiência no desabrigo, pela manhã retorna para casa do Professor e encontra sua madrinha bastante descontente com o ocorrido: “O contraste entre o meio-dia do exterior e a escuridão do interior deixou-me cega e não consegui adaptar a visão, porque com uma pancada voei pelo ar e aterrissei no chão. A Madrinha espancou-me” (Allende, 2010, p. 71).

Nesse excerto, a luminosidade da rua é comparada à escuridão da casa na qual fica provisoriamente cega. A articulação desses simbolismos aponta para a capacidade de enxergar de forma mais ampla a partir de sua entrada no âmbito público, enquanto que a cegueira, causada pela entrada no âmbito doméstico e prolongada pela agressão, ressalta uma visão limitada, não apenas pelo impacto da mudança ambiental, mas simbolicamente pelos muros, paredes e práticas que cercam a casa. Após quatro dias, Eva é obrigada a retornar ao emprego do qual fugiu, voltando a enfrentar a agressividade de sua patroa. Violências físicas e simbólicas se repetem em todas as casas em que trabalha durante a infância.

Pelas desigualdades culturais entre os sexos não se restringirem ao contexto chileno, os instrumentos que mantêm o patriarcado vivo são objetos de estudo para diversas áreas do conhecimento humano. O antropólogo e sociólogo francês Pierre Bourdieu, por exemplo, dedicou *A Dominação Masculina* (2019) a compreender como

a estrutura social de dominação dos homens sobre as mulheres se estabelece. Em seu livro, o sociólogo afirma que o patriarcado se estrutura em fronteiras simbólicas que dividem o cosmos masculino do cosmos feminino.

Alicerçadas sobre características opostas que se assemelham apenas na diferença, parte-se do princípio masculino como medida para todas as coisas. Em outras palavras, ao passo que a cultura patriarcal constitui a sociedade, o universo é repartido em dois e, assim como em toda fronteira (Bellei, 2000, p. 150), uma relação hierárquica se estabelece entre as partes: as características engendradas ao simbolismo masculino passam a ser consideradas positivas e, na estrutura de oposição, o que simboliza o feminino passa a ser considerado negativo.

Para Bourdieu (2019) esta ordem social trabalha como uma máquina simbólica cuja função é distribuir lugares, atividades, instrumentos e comportamentos atribuídos a cada um dos sexos, sendo o espaço público reservado aos homens, enquanto o espaço privado é designado às mulheres. Assentadas no âmbito doméstico, tanto as mulheres como suas funções e práticas foram sendo desvalorizadas, silenciadas e invisibilizadas pelas sociedades patriarcais.

É por meio da divisão objetiva desses espaços que os seres humanos apreendem o mundo social e, por sua vez, as evidências dessas divisões inculcam padrões comportamentais germinados e reproduzidos na subjetividade dos sujeitos. Sendo assim, ressalta-se que nesta pesquisa “casa” ou espaço privado e “rua” ou espaço público, não são observadas como meros espaços geográficos, mas também como esferas de ação social e domínios culturais institucionalizados.

Justificado em diferenças biológicas, o alastramento das fronteiras simbólicas é naturalizado a ponto de se reproduzir nos esquemas de pensamento dos sujeitos como hábitos inatos. Nesses esquemas as mulheres são comumente associadas ao universo familiar. Concordante com isso, a socióloga chilena Julieta Kirkwood (1983, p. 12), aponta para a incorporação de características feminilizadas resumidas ao âmbito doméstico quando cita as simbologias vinculadas às mulheres chilenas: “mães da chilenidade, cuidadora da grande família que é a pátria, defensora de seus filhos [...]” (tradução nossa). Tais definições buscam delimitar condutas mais apropriadas a elas.

Segundo Jacques Rancière (2023), o humano só pode ser político a partir do momento em que usufrui da palavra por meio da qual consegue difundir e distinguir o que é justo e o que é injusto. Entretanto, o filósofo francês difere palavra e voz: a palavra assinala a justiça humanizada e a voz emite apenas ruídos animais. Assim, completa: “Desde sempre, a recusa em considerar certas categorias de pessoas como seres políticos passou pela recusa de escutar os sons emitidos por sua boca como sendo um discurso” (Rancière, 2023, p. 38).

Unida à impossibilidade de acessar o universo letrado, a reclusão prolongou o silenciamento e a invisibilidade feminina. A historiadora francesa Michelle Perrot (2007) relaciona a falta de registros da participação feminina na História com a sua ausência dos lugares públicos, que durante muito tempo foram os únicos relatados. Descreve-as: “Elas atuam em família, confinadas em casa, ou no que serve de casa. São invisíveis. Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas. É a garantia de uma cidade tranquila” (Perrot, 2007, p. 17). O confinamento fantasiado de vocação fez com que as mulheres apreendessem a vida pública e política como território alheio.

Assim, enquanto não eram incluídas na História, não se identificavam com ela, se desinteressavam dos assuntos públicos e aparentavam carregar as características engendradas a elas pelo patriarcado, formando um ciclo aparentemente inesgotável. Em *Eva Luna* (2010), a distância entre as mulheres e a História é perceptível quando narra sobre a convicção do segundo governo autoritário da obra:

Tornara sua a lição do Benfeitor e acreditava que a história consagra os chefes audazes, porque o povo despreza a honestidade, uma condição de frades e mulheres, pouco desejável como ornamento do autêntico varão. Estava convicto de que homens doutos são homenageados com estátuas, sendo conveniente dispor de dois ou três para serem exibidos nos livros escolares; entretanto, na hora da divisão do poder, apenas os caudilhos arbitrários e temíveis têm oportunidade de triunfar (Allende, 2010, p. 136).

Para o antropólogo Joel Candau (2018), a transmissão da memória possibilitada pelo registro histórico faz com que seja possível a socialização de representações comportamentais por meio das quais são evidenciadas desigualdades culturais. Narrada apenas por homens, a História e a Literatura, tal como as outras

ciências, dedicavam-se a registrar acontecimentos extraordinários e públicos, de maneira que o conhecimento humano, difundido por meio da escrita, também fosse marcado pelo androcentrismo (Kirkwood, 1985, p. 2).

Somado ao isolamento, o analfabetismo resultou em uma fronteira ainda mais sólida instalada entre mulheres e política. Sem que pudessem escrever suas perspectivas, tinham possibilidades bastante limitadas de compreender as problemáticas em que foram colocadas como práticas culturais e não individuais. Assim, mesmo que conseguissem imaginar um mundo mais justo, ainda não possuíam o necessário para atravessar e demolir as fronteiras patriarcais: a palavra. A partir da democratização da escrita, potencializaram progressiva e significativamente a ressonância de suas palavras por meio das quais reivindicaram diversos direitos.

Eva Luna permanece analfabeta até os dezesseis anos. Antes disso, conquista afetos que a protegem através da narração oral. Bruscamente deslocada de um lugar a outro diversas vezes, se relaciona com múltiplos personagens por meio dos quais amplia seus interesses para além dos muros da casa. Sendo assim, ao narrar a obra em questão, discorre sobre a participação de ambos os sexos perante as mazelas da ditadura militar. Com o conteúdo político a protagonista pontua seu caráter subversivo.

No entanto, mesmo que a narração abarque o universo público e o universo privado, observa-se que a maioria das personagens femininas em *Eva Luna* (2010) demonstram pouco interesse por questões políticas, indicando o êxito da divisão entre os interesses dos gêneros. Bourdieu (2019) ressalta características distintivas encarnadas por homens ou por mulheres na organização androcêntrica. Marginalizadas, lhes são destinados lugares e tarefas inferiorizadas:

Cabe aos homens, situados do lado exterior, do oficial, do público, do direito, do seco, do alto, do descontínuo, realizarem todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, como matar o boi, a lavoura e a colheita, sem falar do homicídio e da guerra, que marcam rupturas no curso ordinário da vida. Às mulheres, pelo contrário, estando situadas do lado do úmido, do baixo, do curvo e do contínuo, são atribuídos todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos, ou até mesmo invisíveis e vergonhosos, como o cuidado das crianças e dos animais, bem como todos os trabalhos exteriores que lhes são destinados pela razão mítica, isto é, os que levam a

lidar com a água, a erva, o verde [...] e, sobretudo, os mais sujos, os mais monótonos e mais humildes (Bourdieu, 2019, p. 56).

As fronteiras simbólicas sustentam o patriarcado ao situar mulheres do lado desprezado e homens do lado privilegiado. No excerto, Bourdieu ilustra o trabalho ordinário das mulheres dentro dos lares em contraste com o trabalho extraordinário dos homens mundo a fora. Grande parte das mulheres chilenas - nas quais Isabel Allende afirma tomar como base para construção de suas personagens-, apreendem o espaço familiar como o território a qual pertencem e é dentro dessa delimitação que constroem suas singularidades.

Em *Eva Luna* (2010), as características associadas à feminilidade são enfatizadas por meio da mudança de sexo que transforma definitivamente Melécio em Mimi. Mesmo que antes disso já se sentisse mulher, só a partir da transformação física é que a personagem permite-se adentrar o território feminilizado para apreendê-lo. Após transformar seu corpo, procura instituições que a ensinem agir como uma mulher idealizada pelo patriarcado. Nesse sentido, a transformação do corpo de Mimi parece representar uma fronteira atravessada, mas não demolida:

Livrou-se de todas as extravagâncias que podiam ser confundidas com vulgaridade [...], levou dois anos estudando a arte de representar em uma escola de teatro e maneiras em um instituto especializado em rainhas de beleza, onde aprendeu a entrar em um automóvel com as pernas cruzadas, a morder folhas de alcachofra sem alterar o desenho do batom e a descer uma escada arrastando uma estola invisível de arminho. Não ocultou sua mudança de sexo, mas tampouco falava disso (Allende, 2010, p. 220).

Ao passar para o outro lado da fronteira, Mimi empenha-se em cumprir padrões comportamentais. Diferente dela, Eva não aparece dedicada à sua aparência física, mas sim ao alcance da independência financeira e à sua escrita, com a qual procura denunciar práticas políticas, sociais e culturais. Grande parte do livro que narra se passa no decorrer de governos autoritários, fazendo com que seu conteúdo seja concatenado à política, tal qual Isabel Allende que escreve *Eva Luna* (2010) durante a ditadura militar chilena.

Segundo Julieta Kirkwood (1983), os aspectos que teciam a realidade das mulheres chilenas em meio à ditadura militar revelavam esquemas patriarcais

impostos não apenas através dos instrumentos precedentes, mas também por meio do autoritarismo ditatorial, de maneira que as fronteiras simbólicas patriarcais se fortaleciam por toda a sociedade civil. Tais organizações tornavam as mulheres o grupo mais desprotegido do autoritarismo e conservadorismo social. Assim, a socióloga aponta que um dos instrumentos sobre o qual se baseava o patriarcado tradicional chileno, reforçado durante a ditadura, era o confinamento feminino:

[...] a ideologia tradicional, conservadora, proporcionava um modelo coerente a situação real hierárquica, disciplinária, limitante, que implicava a vivência dos papéis femininos no interior da família, para todas as classes sociais. A ideologia tradicional autoritária, 'imobilista', cauteladora da 'ordem', corresponde com uma prática concreta rígida e fechada a mudanças (Kirkwood, 1983, p. 6) (tradução nossa).

Tal como observado por Bourdieu (2019), Kirkwood (1983) afirma que os obstáculos encontrados pelas mulheres para participar da vida pública eram justificados em argumentos biológicos e, assim, fundamentadas na biologia, suas características pareciam inatas. Se pareciam nascer com qualidades predeterminadas, o discurso daqueles que detinham a palavra, facilitava a determinação de essências inquestionáveis: “donas do poder do afeto, do poder da casa” (Kirkwood, 1983, p. 9), o que reforçava sua imobilização no espaço familiar.

Frente a isso, a primeira pauta das feministas chilenas para transformar a sociedade patriarcal foi justamente a negação do que separava o público do privado. A fim de atravessar e demolir as delimitações se empenhavam em marcar os territórios masculinizados com a visibilidade de sua existência. Ao mesmo tempo, evidenciavam que as problemáticas femininas eram questões culturais, procuravam independência financeira, negavam sua objetificação e se mostravam agentes sociais e culturais (Kirkwood, 1983).

Apesar das conquistas por espaços de atuação pública, Bourdieu (2019) aponta para a vocação como um discurso que intenta substituir o papel da exclusão expressa, causando certa rejeição aos lugares e assuntos públicos, condenando-as à discriminação quando adentram ambientes culturalmente masculinizados. Segundo ele, a vocação atua de maneira quase igualmente eficaz no distanciamento das

mulheres dos espaços políticos, “por meio de uma espécie de agorafobia socialmente imposta, que pode subsistir por longo tempo depois de terem sido abolidas as proibições mais visíveis” (Bourdieu, 2019, p. 71).

Mesmo quando as estratégias de dominação já não são tão explícitas, os efeitos das fronteiras entre o masculino e o feminino continuam duradouros: “As mulheres são excluídas de todos os lugares públicos, assembleia, mercado, em que se realizam os jogos comumente considerados os mais sérios da existência humana, que são os jogos de honra” (Bourdieu, 2019, p. 86). Concordante, Allende (2003, p. 72) salienta que a maior parte das mulheres chilenas “tem vocação para mártir: são as primeiras a sair da cama a fim de servir à família e as últimas a deitar-se; sentem orgulho de sofrer e sacrificar-se”.

Nesta perspectiva, a vocação trabalha para perpetuar a ideia de que é no ambiente familiar que as mulheres podem ser valorizadas, entretanto, os afazeres domésticos continuam sendo desvalorizados e invisibilizados. Como consequência da internalização vocacional, quando adentram o espaço público é comum apresentarem emoções que se manifestam como delimitações (Bourdieu, 2019). A timidez ou a raiva acabam por atuar como limites de maneira que, ao se manifestarem, fortalecem a convicção de que não pertencem a tais instituições sociais.

Mesmo assim, ao reconhecer a muralha imposta entre o público e o privado como um limite cultural e, portanto, mutável, cada vez mais mulheres dedicam-se a atravessá-la. Para isso, as estratégias feministas têm auxiliado expressivamente. Com elas progressivamente inscrevem-se nos espaços mais variados, tal como a literatura. Sem compromisso com a verdade, a ficção é o meio mais propício para dar início a transformações sociais.

É por isso que desde 1975 a escritora e crítica literária, Hélène Cixous, convoca as mulheres à escrita: “Eu falarei da escrita feminina: do que ela fará. É preciso que a mulher se escreva: que escreva sobre a mulher e que faça as mulheres virem à escrita, da qual elas foram afastadas tão violentamente quanto foram de seus corpos” (2022, p. 41). Por ser ficcional, a literatura de autoria feminina abre caminhos entre fronteiras não apenas por poder usufruir da palavra escrita, tradicionalmente

androcêntrica, mas também por servir-se dela para criar universos que misturam realidade e ficção e, assim, demolir fronteiras patriarcais.

A partir dos desafios da orfandade, Eva Luna se desenvolve em meio a processos de desterritorialização, ou seja, transita entre territórios nos quais as mulheres foram fixadas e espaços masculinizados, o que tem o efeito de expandir as possíveis qualidades com que forma sua singularidade e sua escrita. É por meio da escrita que a personagem vem a exercer com maior fluidez seu potencial criativo subversivo, fortalecido nas experiências entre a casa e a rua.

Ao observar a ficção feminina, Elódia Xavier (2012), professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, destaca uma assídua presença da casa na literatura escrita por mulheres. No entanto, diferente da literatura de autoria masculina, a casa não é representada como um espaço estimulante e alegre. Segundo ela, a literatura feminista apresenta a casa associada à prisão.

À vista disso, a dicotomia casa/rua é subvertida na literatura de autoria feminina: enquanto a casa aparece comumente como espaço de perigo, a rua revela-se como local de libertação. Já na literatura escrita por homens, dá-se o exato oposto. Assim, ao associar pertencimento e espaço doméstico, Xavier (2012) cita a perspectiva de Zygmunt Bauman, na qual demonstra que a necessidade de segurança se constitui no anseio de fazer parte de uma comunidade. Em contraposição aponta para o desejo de liberdade constituído por meio da individualidade. Desta forma, liberdade e pertencimento travam uma batalha inesgotável no processo identitário.

Esse processo também é frequentemente tematizado na literatura de autoria feminina: personagens femininas de autoria feminina atordoadas pelo desejo de liberdade enquanto limitadas ao ambiente doméstico são fáceis de encontrar. Ana, personagem do conto *Amor* (1998) escrito por Clarice Lispector e amplamente difundido no Brasil, vive um dia imersa em devaneios que a fazem esquecer suas funções domésticas. A possibilidade de transitar por outros caminhos distancia Ana da casa, na qual é lembrada de seus papéis ao retornar: “Qualquer movimento seu e pisaria numa das crianças” (1998, p. 29). Em outras palavras, sua imobilidade conservaria a família intacta e segura.

Logo em seguida, o marido “afastando-a do perigo de viver” (1998, p. 29), em um simples gesto a faz retornar da vertigem de libertação. Isso fica ainda mais evidente em “Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia”. Ao apagar a vela, desapropria-se da visão que naquela tarde alcançou horizontes mais amplos, conformando-se com a visão limitada pelas paredes da casa, assegurando então seu espaço na família que, por sua vez, confere-a segurança enquanto limitar-se a domesticidade.

São muitas as narrativas femininas nas quais as personagens travam a batalha entre pertencimento e liberdade e acabam por permanecer estagnadas, mas também há narrativas feministas nas quais as personagens conseguem se libertar de muitas amarras de gênero saindo de casa, entretanto são volta-e-meia são atordoadas pelo desejo de fazer parte de uma família. Em *Memorial de Maria Moura* (2018), outra obra bastante veiculada no Brasil a ponto de ser televisionada, Rachel de Queiroz cria uma personagem avessa às características feminilizadas.

A revolucionária Maria Moura incendeia sua casa, usa vestimentas masculinas e comanda batalhas. Possivelmente por se aproximar tanto de temas extraordinários comuns à literatura masculina, é que Rachel de Queiroz tenha sido a primeira mulher a conquistar uma cadeira na Academia Brasileira de Letras, em 1977. Mesmo assim, ao longo da obra a personagem é atormentada pela falta de uma família e acaba construindo um casarão para si.

De uma ou de outra forma, há poucas décadas era praticamente inevitável que a autoria feminina representasse um universo tão repartido quanto de fato era. Mesmo que pudessem imaginá-lo ilimitado, as escritoras também construíam suas singularidades fixadas em casa, o que não deixava de aparecer em suas criações. Por isso, conforme Xavier (2012), elas elucidavam o universo doméstico aproximando-o simbolicamente de um cárcere, como é possível observar no seguinte trecho de *Eva Luna* (2010, p. 75):

A rua era bem mais atraente do que essa casa onde a vida transcorria tediosa, com rotinas repetidas sempre ao mesmo passo lento, os dias colados uns aos outros, todos da mesma cor, como o tempo dos hospitais. À noite, olhava para o céu e imaginava que conseguia transformar-me em fumaça, para deslizar entre as barras da grade muito unida. Brincava que um raio de

lua me caía nas costas e me brotavam asas de pássaro, duas enormes asas emplumadas para empreender vôo.

Quatro dias depois de ser agredida fisicamente por sua madrinha por ter fugido das agressões da patroa, é levada de volta à casa de seus empregadores. Diferente da personagem Ana de Lispector (1998), Eva Luna não se readapta ao cotidiano repetitivo e limitado da casa após enxergar a amplitude do espaço público na noite em que passa desabrigada. Por trás das grades da casa alheia, imagina-se livre.

Destaca-se que até a idade adulta, todas as casas em que Eva vive não pertencem à sua família de maneira que a personagem não associa o ambiente doméstico a laços familiares como Ana faz. Enquanto isso, correlacionado à liberdade desde antes do nascimento de Eva, o espaço público é frequentemente contrastado com a atmosfera do enclausuramento do espaço doméstico. A protagonista narra a relação da mãe com o espaço público enquanto ainda era criança:

Nessa época, já os protestantes andavam por lá distribuindo bíblias, pregando contra o Vaticano e transportando seus pianos em carroças sob sol e chuva, para fazerem os convertidos cantarem atos públicos. Essa rivalidade exigia dos sacerdotes católicos toda a sua dedicação, de modo que pouco se ocupavam de Consuelo, e ela sobreviveu curtida pelo sol, mal alimentada com mandioca e peixe, infestada de parasitas, picadas de mosquitos, livre como um pássaro (Allende, 2010, p. 9).

Neste único caso o espaço público não se refere ao espaço urbano que apesar de contrapor-se às limitações do âmbito doméstico, também não é representado como um local amistoso. Na citação é possível observar que ao mesmo tempo em que Consuelo enfrenta obstáculos durante a infância devido ao ambiente em que vive, é nesse lugar que é “livre como um pássaro”. Quando ainda era um bebê fora encontrada por missionários e, até ser levada para um convento aos doze anos, “cresceu sem lugar fixo” (Allende, 2010, p. 8).

Desde que chega ao convento, Consuelo se sente sufocada: “[...] a sensação de aprisionamento a entristecia. Nunca estivera entre muros e, quando olhou para cima, quando viu o céu reduzido a um quadrado, achou que morreria asfíxiada” (Allende, 2010, p. 11). Ser conduzida ao convento no início da puberdade evidencia a relação entre a clausura e a apreensão de valores morais e padrões comportamentais.

Durante os três anos que passa ali: “Aprendeu a ficar quieta e guardou seu desmedido caudal de fábulas como um tesouro discreto” (Allende, 2010, p. 14).

Segundo Lucia Osana Zolin, professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (2018), a cultura patriarcal assentou as mulheres nos lugares definidos a elas a fim de dar continuidade a seus valores morais. Através dessas limitações comportamentais derivadas de divisões institucionais são marginalizadas. O comportamento silencioso apreendido por Consuelo no convento acarreta em sua subalternização durante o restante de sua vida.

Após três anos, Consuelo é enviada para trabalhar na casa do Professor Jones, onde, anos depois, concebe e cria Eva Luna até o dia de sua morte. Sobre esse período, Eva adianta: “Era raro irmos à rua” (Allende, 2010, p. 28). Até os seis anos, a relação entre Eva e a casa é esmagadora, porém amortecida pela presença materna que estimulava a imaginação da filha por meio da contação de histórias: “O mundo acabava nas grades do jardim. No interior, o tempo era regido por normas caprichosas: em meia hora, eu podia dar seis voltas em torno do globo terrestre” (Allende, 2010, p. 29).

Não pertencendo às moradoras, a casa do Professor Jones representa a casa alheia, ambiente sóbrio e imponente (Xavier, 2012), no qual o comportamento de Consuelo revela a sensação de não fazer parte, mesmo morando no local durante longo período. A personagem conquista o incerto teto com a confiança do Professor, alcançada com seu comportamento subalternizado: “O sábio se sentia à vontade com sua empregada. [...] supôs que aquela criatura calada não representava perigo algum” (Allende, 2010, p. 16). Por ser alheia, desde o início da vida de Eva Luna, a casa não era um terreno tão seguro quanto é propagado no imaginário coletivo.

A incerteza do pertencimento é intensificada a partir da morte da mãe. Ao engolir um osso de galinha durante a ceia de natal, Consuelo morre “silenciosamente, tal como tinha vivido” (Allende, 2010, p. 48). Em sua obra *A Casa e a Rua* (1997), Roberto Damatta aponta para as festividades e rituais como representações das esferas sociais. Segundo o antropólogo brasileiro, “no Brasil há códigos específicos para cada esfera que a sociedade toma como básica. Somos uma pessoa em casa, outra na rua e ainda outra na igreja, terreiro ou centro espírita” (1997, p. 76) e os

códigos de cada um dos espaços são reproduzidos nas datas comemorativas brasileiras.

Assim como há divergências dentro do enorme país analisado por Damatta (1997), certamente nem tudo se encaixaria nas especificidades do contexto chileno, muito menos de um continente inteiro como a América Latina, como a obra parece querer representar. No entanto, celebrado por diversas culturas e habitualmente comemorado em família, o natal ao mesmo tempo em que configura espiritualidade, simboliza a casa. A rigidez da morte da mãe em meio à comemoração anuncia a perda da segurança proporcionada pela família e pela casa, ainda que instável.

A partir de então, impõem-se um estado ainda mais enfatizado de impermanência. A morte da mãe é a perda de tudo aquilo que a casa tradicionalmente representa: a garantia de um território fixo para o qual o indivíduo poderá retornar sempre que dele se ausentar. Mesmo assim, a personagem continua presente durante toda a narrativa por meio do elo que Eva jamais rompe: “a partir de então precisei aguçar muito a percepção, a fim de não perdê-la entre as sombras inapeláveis em que vão parar os espíritos difusos” (Allende, 2010, p. 48). Sempre que se sente insegura diante da instabilidade e do desamparo, invoca a sua presença, evidenciando a relação entre segurança e família.

Ao narrar a história de sua mãe, Eva destaca experiências vividas no espaço público e no espaço privado que enfatizam as fronteiras simbólicas impostas entre tais esferas sociais. No espaço público desenvolve-se sem limites, mas insegura e no espaço privado apreende as limitações atribuídas ao seu gênero para que conquiste segurança. A transferência da mãe de um lugar ao outro se desdobra no paradoxo que sucessivamente reaparece ao narrar a própria vida: a vivência na rua a leva a constantes desafios, como procurar o que comer, mas também que a liberta das amarras sociais, como os padrões de gênero.

Para Xavier (2012), a experiência de romper com as fronteiras simbólicas do confinamento é retratada nas literaturas de autoria feminina como o mundo que finalmente pode ser vislumbrado para além dos muros da casa. Essas narrativas nos revelam a casa como um local onde as mulheres frequentemente perdem, desconhecem ou dissimulam seus traços identitários próprios com a finalidade de

cumprir com o papel tradicional imposto a elas, ao mesmo tempo em que é no ambiente público que sentem maior liberdade para desvendarem a si mesmas.

Conseqüentemente é por meio da passagem da casa para a rua que diversas personagens conquistam maior plenitude existencial. Assim, paralelamente às crescentes conquistas feministas, as literaturas de autoria feminina vêm apresentando em si uma nova característica: a desterritorialização. Do ponto de vista feminino, falar em desterritorialização “implica percorrer um caminho que avança paralelamente aos desdobramentos do feminismo e suas conquistas rumo à superação da famigerada ‘condição feminina’, condição de oprimida, de subjugada, de silenciada, enfim” (Zolin, 2018, p. 72).

É evidente que o deslocamento não nos causa nenhum estranhamento, já que atualmente vivenciamos a valorização da mobilidade e, desta forma, “Todos, em alguma medida, e guardadas as devidas proporções, obviamente, experimentam certa condição exílica, a sensação de estar fora do lugar, pisando com receio, muitas vezes com assombro, o território do Outro” (Zolin, 2018, p. 71). No entanto, ao analisar o fazer literário das mulheres contemporâneas, Zolin aponta para a transição do território particular feminilizado para o território público masculinizado como temática frequente o que, por sua vez, repudia “os confinamentos compulsórios de certos sistemas políticos, ideológicos e/ou familiares que aprisionam em nome de seus valores e afetos” (2018, p. 75), se desdobrando em agência e autonomia das personagens. Apesar de não transitar pelos mesmos motivos descritos por Zolin (2018), os deslocamentos de Eva Luna implicam em resultados similares.

Quando a madrinha a coloca para trabalhar na casa de um ministro que já tem demasiados empregados, Eva exerce duas únicas funções: lustrar os sapatos e recolher o urinol do patrão todas as vezes que estivesse cheio, para descartar o conteúdo. Ao contrário do que se presumiria o patrão não tem nenhuma deficiência, apenas escolhe não se levantar para ir até o banheiro, tornando o ato de obrigar uma terceira pessoa a recolher os seus dejetos, um ato de humilhação. A condição de subalternidade feminina reforçada pela condição da classe social a qual pertencia sujeitam a protagonista a essa atividade.

Entretanto, não demora a perceber a violência simbólica que aquela prática exerce sobre ela e novamente reage, escolhendo o desamparo da rua: “[...] ergui o recipiente e despejei seu conteúdo sobre o ministro de Estado, livrando-me da humilhação com um só movimento do pulso. Por um longo momento ele permaneceu imóvel, de olhos arregalados. - Adeus, senhor!” (Allende, 2010, p. 114). Eva retorna para a rua decidida a nunca mais procurar acolhimento de sua madrinha. Pesam-se de um lado os limites, a exploração e as violências da casa alheia e do outro a insegurança da rua. Optar pela rua mesmo consciente de suas complicações evidencia as violências sofridas no ambiente doméstico:

[...] transformei-me em uma criatura suja, que de dia caminhava sem rumo fixo, comendo o que conseguisse encontrar, e à noite refugiava-me em um lugar escuro, a fim de esconder-me durante o toque de recolher, quando apenas os carros de segurança circulavam pelas ruas (Allende, 2010, p. 136).

Como visto, o sistema simbólico patriarcal confinou as mulheres no âmbito familiar, restringindo suas experiências de vida, seus conhecimentos, aos infinitos afazeres domésticos ordinários e invisíveis. Tal delimitação além de silenciá-las, as impedia de vislumbrar a totalidade de sua própria condição (Bourdieu, 1998). Enquanto confinadas em casa, sem acesso à escrita e à leitura, as mulheres tinham poucas possibilidades de entender que as problemáticas que enfrentavam não eram apenas práticas individuais, mas práticas culturais perpassadas por todos os territórios para dar continuidade à dominação masculina.

Eva Luna percorre as regulamentações sociais instituídas tanto no território doméstico quanto no território público, o que amplia seu repertório comportamental e cultural. Assim, a personagem consegue visualizar a dimensão da realidade, o que se desenrola no intuito de perpassar também a fronteira entre o individual e o coletivo: “[...] não se trata de modificar as circunstâncias pessoais, mas de mudar toda a sociedade” (Allende, 2010, p. 264). Por meio de sua escrita, acentua tal objetivo: “Eu escrevia um novo capítulo a cada dia, [...] vendo meu próprio reflexo em espelhos múltiplos, vivendo inúmeras vidas, falando com muitas vozes (Allende, 2010, p. 293)

A literatura escrita por mulheres, segundo Cixous (2022), precisa atravessar fronteiras: “[...] sua escrita só pode se perpetuar, sem jamais inscrever ou discernir contornos, ousando travessias vertiginosas do outro [...]” (Cixous, 2022, p. 71). Ao inscrever alteridade em sua escrita, Eva Luna ultrapassa limites impostos pelo patriarcado, sendo que o confinamento e o analfabetismo prolongado fizeram com que se instalasse uma fronteira entre mulher e outras mulheres.

Ao refletir sobre escrita feminina, a escritora brasileira nascida no Chile, Carola Saavedra, destaca: “São necessárias tantas vozes para que uma única voz possa ser ouvida” (2021, p. 50) e continua: “Escrever é dar nome ao silêncio” (Saavedra, 2021, p. 71). A aparência individual das problemáticas que enfrentavam fazia com que parecesse ainda mais difícil transformá-las, de maneira que as transmitir por meio da escrita facilitava a compreensão dos fatores que as uniam como grupo:

Atravessando a fronteira entre o individual e o coletivo, a protagonista-narradora assinala sua convicção de que o enfrentamento às injustiças era fortalecido coletivamente. Os sons emitidos pelas mulheres deixaram de ser apenas ruídos para se tornarem discursos principalmente por meio da escrita (Rancièrè, 2023). Ao tomarem a palavra masculinizada, alcançaram também a política com a qual poderiam transformar sua realidade: “Um texto feminino não pode ser nada menos do que subversivo: [...] é somente quebrando tudo, despedaçando os alicerces das instituições, explodindo com a lei [...]” (Cixous, 2022, p. 68).

Frente ao universo dividido em prol do patriarcado, os deslocamentos bruscos de Eva Luna entre casa e rua, levam-na a percorrer, entre outras, as fronteiras simbólicas: individual e coletivo, parcial e total, silêncio e política. Dessa forma, a partir de sua tardia alfabetização assinala a desterritorialização subversiva em sua escrita. Após ser resgatada da rua por Riad Halabí, vive em Água Santa, onde, além de ser alfabetizada, transita por entre a casa e a rua sem situações abruptas:

Pela primeira vez tive liberdade de ir e vir pela rua. Até então, sempre vivera entre quatro paredes, atrás de uma porta com chave ou vagando perdida, em uma cidade hostil [...]. Eu caminhava falando alto, alegre e desafiante, misturando-me aos outros, contente em pertencer àquela comunidade. Em Água Santa as janelas não tinham vidraças e as portas estavam sempre abertas, sendo costume uns visitarem os outros, passarem cumprimentando

distante das casas, entrando para tomar um café ou suco de frutas. Todos se conheciam, ninguém podia queixar-se de solidão ou abandono (Allende, 2010, p. 150).

As características com as quais descreve Água Santa contrastam com a sensação de abandono vivenciada anteriormente na capital. A oportunidade de ir para rua e voltar para casa sempre que desejasse desperta nela a sensação de pertencimento e liberdade. Por meio dos deslocamentos, Eva Luna experimenta certa plenitude existencial: durante a estadia no vilarejo mediada por Halabí e a Professora Inês, passa a se expressar com maior autoconfiança, o que se desenvolve ainda mais a partir da alfabetização, aos dezesseis anos, com a qual fortalece sua predisposição para a resistência.

Conforme o crítico literário, Alfredo Bosi (2002), a resistência articula-se à literatura quando o/a romancista opta por compor seu foco narrativo expondo o que a ideologia dominante procura silenciar e/ou expressando antivalores por meio da agência de suas personagens. A autora de *A Casa dos Espíritos* (2017), ao criar *Eva Luna* (2010) durante a ditadura militar chilena, novamente assinala resistência à sua escrita, ao mesmo tempo em que a personagem, ao atravessar fronteiras patriarcais conquista a possibilidade de cumprir a mesma função:

- A realidade é um torvelinho, não conseguimos medi-la ou decifrá-la, porque tudo acontece ao mesmo tempo. [...] Quando escrevo, conto a vida como gostaria que ela fosse.

- De onde tira as ideias?

- De coisas que acontecem e outras que aconteceram antes de meu nascimento, dos jornais, do que as pessoas dizem (Allende, 2010, p. 296).

Convocada pelo Ministério da Defesa, Eva Luna é questionada sobre sua escrita. Frente aos valores morais patriarcais potencializados pela ditadura militar (Kirkwood, 1983), o conteúdo de sua escrita torna-se subversivo ao revelar episódios e injustiças silenciados pelo governo, de maneira que representa uma ameaça a sua continuidade. No excerto, a personagem protege-se por meio da afirmação de que sua escrita se compõe a partir de fragmentos do real e da imaginação de um mundo melhor. Por não ter compromisso com a verdade, a ficção consegue protegê-la ao

mesmo tempo em que permite demolir fronteiras simbólicas. Carola Saavedra, pensa o entrelaçamento da escrita feminina e possibilidades menos dicotômicas:

[...] por um lado é preciso um teto todo seu, e assim dar voz, corpo, contar as histórias que não foram contadas, permitindo a construção de uma identidade que integra em vez de excluir. Por outro, a literatura é também o âmbito da ambiguidade. É na literatura que se pode desconstruir o pensamento binário que permeia toda a nossa cultura, o pensamento do isto ou aquilo (2021, p. 70-71).

Ao transitar entre a casa e a rua, a personagem vislumbra os impactos de um universo dividido. Assim, utiliza-se da escrita para atravessar e percorrer por outras fronteiras: privado/público, silêncio/palavra, ficção/realidade, singular/coletivo, afeto/política. Unir ficção e realidade viabiliza que Eva Luna exponha realidades silenciadas, com as quais as mulheres podem perceber-se coletivamente o que, por sua vez, fortalece a relação delas com a política por meio da qual tomam a palavra para transformar a realidade.

3 Considerações Finais

Eva Luna (2010) apresenta adversidades subjacentes de classes sociais desprivilegiadas e da subalternização feminina no patriarcado por meio das vivências da protagonista e de suas narrativas. Ao tornar-se órfã aos seis anos, é movida pela falta de pertencimento e pelas violências que sofre trabalhando com tarefas domésticas em casas alheias para deslocar-se entre o espaço privado e o espaço público de maneira que sua singularidade é marcada por processos de desterritorialização.

Inculcado no imaginário coletivo, o sistema simbólico patriarcal divide feminino e masculino em atividades, espaços e simbologias próprios a cada um dos sexos (Bourdieu, 2019). Tais divisões impõem hierarquias: tudo aquilo que está do lado feminino é desvalorizado enquanto tudo o que está do lado masculino é prestigiado. Neste estudo, evidenciou-se a fronteira imposta entre a casa, na qual as mulheres foram assentadas, e a rua, a qual os homens sempre tiveram livre acesso, para que

fosse possível compreender os efeitos dos deslocamentos de Eva Luna entre tais instituições sociais sobre a construção de si e de sua escrita.

A partir dos diversos deslocamentos entre o âmbito feminilizado e o âmbito masculinizado, a protagonista-narradora manifesta sua singularidade principalmente por meio da literatura na qual as fronteiras simbólicas androcêntricas apresentam-se demolidas. Visualizar o mundo para além dos muros da casa colabora para o desenvolvimento de habilidades narrativas que entrelaçam temáticas domésticas às mais sociais, como a política.

Ao adentrar o território do outro, seus conhecimentos são ampliados, o que a possibilita desenvolver-se menos limitada às amarras de gênero. A partir da alfabetização, as consequências de sua desterritorialização são evidenciadas. Eva Luna escreve entrelaçando ficção e realidade para expor realidades silenciadas de maneira que as opressões vivenciadas pelas mulheres sejam percebidas coletivamente. A partir do fortalecimento da relação entre mulheres e política, da qual foram afastadas, Eva percorre por outras fronteiras simbólicas para que outras também possam transformar a realidade.

REFERÊNCIAS

ALLENDE, Isabel. *A Casa dos Espíritos*. Tradução de Carlos Martins Pereira. São Paulo: Mediafashion, 2017.

ALLENDE, Isabel. *Meu país inventado*. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

ALLENDE, Isabel. *Eva Luna*. Tradução de Luísa Ibañez. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BELLEI, Sérgio Luiz Prado. Uma Cultura na Fronteira. In: *Monstros, Índios e canibais: ensaios de crítica literária e cultural*. Florianópolis: Insular, 2000.

BOSI, Alfredo. *Literatura e Resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Tradução de Maria Helena Kuhner. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

CANDAU, Joel. *Memória e Identidade*. Tradução Maria Letícia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2018.

CIXOUS, Hélène. *O Riso da Medusa*. Tradução de Natália Guerellus e Raísa França Bastos. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2022.

DAMATTA, Roberto. *A Casa e a Rua: Espaço, Cidadania, Mulher e Morte no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1997.

KIRKWOOD, Julieta. *El Feminismo como Negación Del Autoritarismo*. Santiago: Flacso, 1983.

KIRKWOOD, Julieta. *Feministas e Políticas*. Barcelona: Nueva Sociedad, 1985.

LISPECTOR, Clarice. *Laços de Família*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Tradução de Angela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2007.

QUEIROZ, Rachel. *Memorial de Maria Moura*. Rio de Janeiro: BestBolso, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *Mal-Estar na Estética*. Tradução de Gustavo Chataignier e Pedro Hussak. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora 34/Editora PUC-Rio, 2023.

SAAVEDRA, Carola. *O mundo desdobrável: ensaios para depois do Fim*. Belo Horizonte: Relicário, 2021.

XAVIER, Elódia. A Casa no Imaginário Feminino: “Um Espaço Feliz?”. *Avanços em Literaturas e Culturas Brasileiras. Século XX*. v. 2. p. 137-155. Santiago de Compostela: Através Editora, 2012.

ZOLIN, Lúcia Osana. Estratégias de Subjetificação na Ficção Contemporânea de Mulheres: Exílio, Migração, Errância e Outros Deslocamentos. In: DALCASTAGNÈ, Regina.; LICARIÃO, Berttoni.; NAKAGOME, Patrícia. (Orgs.). *Literatura e Resistência*. Porto Alegre: editora Zouk, 2018.

Recebido em: 29/10/2024.

Aprovado em: 18/12/2024.